



O SR. PRESIDENTE (Deputado Elmar Nascimento) - Declaro iniciada a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Como não há quórum para deliberação, suspendo a presente reunião pelo prazo de 30 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Declaro reiniciada a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na pauta.

Como nós temos uma pauta extensa, por acordo estabeleceu-se que haverá a votação de apenas alguns itens. Inicialmente, a do Item 2, que trata de contas do Governo Federal no exercício financeiro de 1991; na sequência, a do Item 3, que trata da prestação de contas do Tribunal de Contas da União no exercício de 2011; a do Item 10, que trata das Demonstrações Financeiras do Banco Central; e também a do Item 11, que trata do relatório de resultados e impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

Nós estamos iniciando na Presidência dos trabalhos enquanto a Senadora Rose de Freitas conclui um atendimento na sala da Presidência.

Quero, mais uma vez, cumprimentando o Senador Benedito de Lira, registrar o esforço que todos temos feito para que esta Comissão funcione. Ainda que em alguns momentos haja divergência de opinião, existe da parte de todos nós o compromisso com o País e com o bom funcionamento desta Casa.

Da mesma forma, quero justificar que a retirada de vários itens da pauta, especialmente aqueles relativos a análises de contas do ano de 2014 concernentes a vários trimestres, deu-se por uma razão óbvia. Nós temos as contas propriamente ditas de 2014, ano em que o Tribunal de Contas apresentou relatório a esta Casa com indicativo de rejeição das contas do Governo Federal, o qual foi objeto de elaboração de parecer por parte do Senador Acir Gurgacz, cujo relatório está protocolado. Por sinal, eu estive presente na Casa em 23 de dezembro, exatamente o último dia, no calendário, daquele ano legislativo. Então, obviamente, o prazo regimental, para efeito de emendas, passou a contar, embora se iniciando naquele dia, a partir de ontem. Aproveito para informar aos Srs. Deputados e aos Srs.



Senadores que o prazo para emendas irá até 13 de fevereiro. Como esse dia cai no sábado, a Presidente já determinou que ficasse registrado que as emendas serão acolhidas até o dia 15 de fevereiro. Portanto, na segunda-feira seguinte à semana do carnaval. É importante que os Deputados estejam cientes disso, porque este é o prazo limite para a apresentação de emendas ao relatório. O debate das outras matérias relacionadas às contas de 2014 — já temos algumas relativas a 2015 —, creio eu, será oportuno já com o das contas propriamente ditas como um todo.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu queria aproveitar para falar rapidamente sobre dois assuntos.

Em primeiro lugar, quero relembrar que, na discussão do Orçamento do ano passado, houve uma luta bastante acirrada para que se pudesse suplementar uma emenda do Exército com relação ao zika vírus. Defendi que nós deveríamos suplementar essa emenda do Exército. No Brasil é assim: em casos de calamidade pública, quando não se resolve de jeito nenhum a questão, chamam-se as Forças Armadas.

Esse assunto foi muito debatido aqui, disseram que o Exército não tinha essa responsabilidade, mas nós conseguimos a suplementação de 30 milhões.

Só quero afirmar o acerto da Comissão. V.Exa. vê o que acontece no Brasil em todas as capitais. Quem está dando uma mão muito forte ao Ministério da Saúde é exatamente o Exército, as Forças Armadas. Então, queria fazer este registro porque fui muito contestado na minha defesa, em razão do argumento de que o Exército não precisava desse recurso. Digo que ainda é muito pouco. Nós vamos precisar de mais.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, V.Exa. acabou de ler o cronograma da prestação de contas de 2014. Quero aqui alertar todos os Deputados e todos os Senadores sobre essa questão, que merece um tratamento diferenciado.

No final do ano passado, o nosso Senador apresentou um voto pela aprovação das contas com ressalva, o que contraria tudo aquilo que o Tribunal recomendou a esta Comissão, com detalhes, com comprovação, com extrato, inclusive agora com o reconhecimento do próprio Governo. O próprio Governo sacou do Tesouro para pagar as pedaladas. Foram 70 bilhões. Isso demonstra que o



Governo reconheceu que, de fato, praticou um crime contra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Passamos o mês de janeiro trabalhando no sentido de contestar cada colocação do Senador. Eu acho que o Senador desprezou completamente não só o Tribunal, mas, principalmente, a legislação brasileira, como se a Lei de Responsabilidade Fiscal fosse uma leizinha que não precisasse ser cumprida.

Portanto, eu quero convidar aqueles Deputados e Senados para analisar a questão com cuidado. O prazo é muito curto.

Convido publicamente todos aqueles que quiserem contribuir a participar daquilo no qual nós do PSDB trabalhamos, de modo que todos possam ver que o Brasil é mais importante do que a questão partidária. Nós precisamos realmente dar uma resposta à sociedade. Estamos falando há anos da irresponsabilidade fiscal.

Então, eram essas as duas colocações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

Seja bem-vindo, Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar a todos pelo trabalho que realizamos no final do ano passado. Ressalto a importância de termos aprovado nesta Casa um orçamento que dá um direcionamento, neste ano, para o País.

Quero dizer que, em um momento de enorme crise, das maiores vistas no País — crise econômica, moral e política —, esta Casa e especialmente esta Comissão conseguiram dar o seu sinal ao Brasil, ao aprovar o Orçamento.

Também quero lamentar o relatório apresentado pelo Senador Acir Gurgacz, já no final do ano passado, na prévia do Natal. Ele apresenta um relatório que aprova as contas da Presidenta Dilma com ressalvas. Na realidade, nós tivemos, durante todo o ano, um trabalho bem feito por um Tribunal respeitoso e qualificado, em que as contas da Presidenta Dilma foram rejeitadas por unanimidade.

Não é possível que, com a quantidade de Ministros que o TCU tem, estejam todos eles equivocados. Não é possível que um órgão como o Tribunal de Contas,



com toda a sua estrutura e corpo técnico qualificado, esteja completamente equivocado. Nós não podemos aceitar essa manifestação.

Com todo o respeito que eu tenho pelo Senador Acir Gurgacz, não é possível que esta Comissão se curve a esse relatório. Como foi dito aqui, o Governo mesmo reconhece ter cometido um crime, quando, no final do ano passado, quita as dívidas, utilizando em alguns momentos o fundo soberano. O que nós assistimos aqui foi à maior dificuldade que este País teve.

Em primeiro lugar, não se pode tratar a Lei de Responsabilidade Fiscal como algo que eventualmente se pode desrespeitar, ou não reconhecê-la como uma lei que rege o nosso País. Não podemos aceitar que seja cometido um crime e, depois, haja a absolvição. Vão-se os governos, fica o País.

Quero lamentar também o fato de, ontem, a Presidente ter ido à reabertura dos trabalhos do Legislativo e feito um discurso maquiando todos os números do Brasil. Chamou-me atenção quando ela disse que, no ano passado, ressalvadas as contas de energia, o Governo reduziu o seu custeio em mais de 8%.

Ora, todos nós que frequentamos a Comissão no ano passado assistimos a um volume enorme de aumento do custeio do Governo, que, em momento de crise, aumentou as suas contas, aumentou os seus cargos, aumentou as suas nomeações e não deu exemplo. O Governo, inclusive, foi à televisão dizer que haveria um corte de Ministérios, que nunca aconteceu, e um corte dos cargos comissionados, que até hoje o Brasil aguarda.

Isso tudo, mais uma vez, comprovou que o Governo não dá confiança nem tem palavra. Acima de tudo, isso comprovou que a Presidente não tem capacidade de liderar o País, não tem palavra e nem correção com os seus compromissos. Mais uma vez o Governo fechou o ano levando as suas propostas levianas, deixando ao Brasil suas palavras sem coerência com os seus compromissos.

Por isso, meu caro Presidente e minha nobre Presidente, foi lamentável ver, ontem, a Presidente tentar deixar a imagem de que vai tirar o Brasil do buraco. Disse: "*Mais impostos*". E isso no momento em que nós vemos menos emprego.

Eu quero dizer que o PSDB tem outra proposta: mais emprego e menos impostos.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Antes de fazer um comunicado, eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente e Sra. Presidenta, só queria verificar qual a deliberação tomada no Colégio de Líderes da Comissão com relação ao requerimento de convocação para audiência pública com o Ministro Nardes. Parece que ele não está pautado, em que pese a estar previsto.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - V.Exa. havia dito que, se todos estiverem de acordo, é de praxe, é da norma regimental...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Transformar-se-ia num ofício de V.Exas.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Não, a Comissão aprovaria e faria o convite.

Fazemos questão de registrar que este requerimento foi aprovado por todo o mundo, embora não tivesse necessidade de se proceder a uma votação expressiva. Se V.Exa. fizer questão...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, eu faço questão de que ele venha.

Da forma que V.Exas. quiserem, ele vindo, está bom.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Mas todos estão de acordo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Foi aprovado por consenso dentro do Colégio de Líderes, por sugestão da Presidência, inclusive com referência ao entendimento com V.Exa. E este convite deverá ser feito de imediato, não é, Sra. Presidente?

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tudo bem.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Eu peço desculpas pelo nosso Segundo-Vice Presidente da Mesa. O Deputado vai conduzir os trabalhos. Há votação no Senado.

Eu não sei por que o Senador Paulo Bauer está aqui. *(Risos.)* Estou preocupada. Se V.Exa. fica, eu fico.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Eu consigo estar em vários lugares ao mesmo tempo, graças à dinâmica.



A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - É uma votação sobre a educação, e eu tenho uma emenda a defender.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Senadora Rose de Freitas, antes que V.Exa. se ausente, gostaria de registrar mais uma vez a nossa admiração pelo seu esforço, não só durante o ano passado. V.Exa., até de uma forma inédita, mais uma vez inova, pela competência, pela responsabilidade, pela seriedade, estando presente e convocando os Parlamentares para votação. Embora esta Comissão tenha essa prerrogativa regimental, visto que a sua vigência é até o final do mês de março de cada exercício, raramente o faz. Isso demonstra o seu espírito público, demonstra a sua visão republicana, porque V.Exa. trata todas as matérias com o mesmo respeito, o que faz com que V.Exa. conquiste o respeito e a admiração de todos os Parlamentares, sejam eles da Base do Governo, sejam da Oposição, compreendendo que este é um espaço de defesa do País. V.Exa. espelha bem, reflete este comportamento de defesa do nosso País.

Portanto, honra-me muito poder estar, ainda que por alguns minutos, substituindo V.Exa. nesta Presidência, por generosidade de V.Exa., mas também pelos afazeres no Senado. Eu não poderia deixar de fazer este registro.

V.Exa. esteja certa de que o Parlamento terá registrado na sua história que, mais uma vez e cada dia mais — não poderia ser diferente —, as mulheres têm a sua competência evidenciada em todas as áreas da atuação humana. V.Exa. mostrou-se aqui uma cidadã brilhante, dando o exemplo de como presidir de forma imparcial e com eficiência uma Comissão tão importante como a Comissão Mista de Orçamento.

Parabéns a V.Exa. e obrigado pela confiança que tem tido em nós e nos demais colegas que compõem esta Comissão.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Eu quero lhe agradecer pelas palavras, Deputado. V.Exa. sempre aumenta os elogios em 60%. Está no ritmo da inflação. *(Risos.)*

Pela maneira com que V.Exa. tão elegantemente ocupa essa cadeira na Mesa, eu quero convidá-lo para que o faça mais vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado.



Concedo a palavra ao Senador Paulo Bauer.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Deputado Domingos Sávio, nesta primeira reunião da Comissão Mista de Orçamento desta Legislatura, eu queria cumprimentar todos os integrantes da Comissão.

Efetivamente, com a contribuição da Oposição, a Comissão cumpriu muito bem o seu papel no ano passado. A Senadora Rose de Freitas, que é a nossa Presidente, em várias oportunidades demonstrou e registrou que a Oposição, além de cumprir o seu papel, contribuiu com os trabalhos da Comissão. Em muitos momentos, nós demos quórum para que ela funcionasse. Em muitos momentos, nós apresentamos proposições para que se alcançasse o entendimento. E, graças a Deus, com a nossa contribuição, a Comissão pôde chegar ao final votando o Orçamento da União e apresentando a proposta de Orçamento ao Plenário do Congresso Nacional, que também a votou.

Mas, ontem, eu fiquei um pouco frustrado, porque, depois de termos feito todo aquele esforço no ano passado para votar o Orçamento da União, eu vi a Presidente da República, em sua manifestação no Congresso Nacional, mencionar várias ações que pretende desenvolver neste ano e não fazer nenhum registro com relação ao Orçamento da União, no sentido de ele lhe dar as condições de governabilidade. Ao contrário, ela veio ao Congresso dizer que vai brigar e lutar pela aprovação da CPMF.

Lembrem-se V.Exas. de que, no ano passado, aqui mesmo neste plenário, Deputados e Senadores da base do Governo manifestaram-se contrários à criação da CPMF. Ou seja, ela não ouve, ela não presta atenção, ela dá as costas para o Congresso Nacional e para a manifestação de seus integrantes, mesmo quando aliados do seu Governo. Ela não quer, efetivamente, usar a peça orçamentária que nós votamos aqui como instrumento de Governo. Ela pretende fazer o seu Governo independente da peça orçamentária, que passa a ser, no meu ponto de vista, apenas uma peça legal que possui.

Eu teria ficado mais feliz se, ontem, a Presidente tivesse mencionado, mesmo que em tom de constrangimento, que o ano passado foi de muito esforço, porque teve que resgatar as pedaladas que fez no ano anterior. Eu teria ficado mais feliz se, aí sim, ela tivesse agradecido ao Congresso e a esta Comissão por terem votado, no



ano passado, uma proposição que permitiu que, efetivamente, a providência fosse adotada e a condição orçamentária permitisse a quitação das pedaladas.

Ela teria feito muito mais justiça ao Congresso Nacional se tivesse, pelo menos uma única vez, mencionado que a Oposição também contribui com a viabilização de ações em favor da população brasileira, mas não o fez. Pelo contrário, falou de ajuste fiscal, falou de números, falou de ações que dependem exclusivamente da política, mas não falou nenhuma vez, por exemplo, de projetos e programas que possam garantir ao Brasil desenvolvimento econômico. Ela não falou de uma política industrial que permita o crescimento da indústria, com geração de empregos e aumento de contribuições tributárias. Não mencionou, em nenhuma hora, a questão dos juros que são pagos pela dívida pública e pela dívida dos brasileiros com o sistema bancário.

Quando o juro é alto, o povo consome menos; quando o juro é alto, o Governo deve mais; quando o juro é alto, o Orçamento não é real. E a Presidente não mencionou isso nenhuma vez. Também não mencionou o que vai fazer, por exemplo, com as estatais, como a PETROBRAS: se vai capitalizá-la, se vai permitir que ela volte a ter credibilidade internacional, por meio de ações que precisam ser desenvolvidas naquela empresa, ações que lhe deem outra vez condição econômica de viabilidade e não de dificuldade. Se a PETROBRAS não fosse pública, ela já teria ido à falência, e todos nós sabemos disso.

Ela não disse, por exemplo, como vai fazer para resgatar e devolver aos fundos, como o Fundo de Garantia, por exemplo, os recursos de lá retirados para sanar e quitar os débitos que o Governo quitou no ano passado, porque o dinheiro do Fundo de Garantia ainda é dos trabalhadores e não do Governo.

Eu diria que o discurso da Presidente não foi um discurso completo. Se ela focou alguns temas pertinentes, como, por exemplo, a Previdência Social, ela deixou de focar outros muito importantes, como exatamente o do desenvolvimento econômico.

Eu já dizia no ano passado: vamos ter mais 1 ano para discutir contas públicas, receita, despesa, diariamente, em todas as reuniões desta Comissão. Mas chegaremos ao final de 2016 outra vez discutindo como fechar o buraco do déficit deste ano e como cuidar para que, no ano que vem, o Brasil sobreviva mais 1 ano.



Digo isso somente por uma razão: o Governo não quer diminuir suas despesas, reduzir o seu tamanho, buscar a eficiência; o PT e a base do Governo também não pensam e não têm propostas para um desenvolvimento econômico sustentado. Esta é a verdade.

Portanto, vamos continuar trabalhando, embora, neste momento, um registro me parece ser obrigatório e pertinente: a Presidente não fez justiça com o Congresso e para com o Congresso na sua fala de ontem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Deputado Domingos Sávio, que, neste momento, preside a reunião da CMO, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nobres Deputados e Deputadas, eu julgo a vinda da Presidente Dilma ontem ao Congresso Nacional um ato de respeito e consideração ao Poder Legislativo. Entendo que foi um gesto importante para o momento que nós vivemos. Com sua presença, S.Exa. trouxe uma mensagem de que quer um entendimento com o Poder Legislativo, até porque há necessidade do apoio do Legislativo em relação às medidas tomadas pelo Executivo. Aquelas que nós julgarmos estarem corretas, de uma forma bastante rápida, com debate logicamente, que sejam aprovadas por esta Casa. E aquelas com as quais nós não concordarmos que o Executivo as aprimore. Conforme a fala dela, o Executivo está preparando mais peças para enviar ao Legislativo.

Nós vivemos um momento sério, grave, em nosso País. Essa instabilidade política está criando toda a crise econômica que nós vivemos na atualidade. Por isso entendo que a vinda da Presidente Dilma foi como se dissesse que quer trabalhar em harmonia com o Poder Legislativo.

A CPMF tem que ser discutida ainda na Casa. É lógico que há Deputados e Senadores a favor e outros contra. Nesta Comissão Mista de Orçamento, assim como na sessão do Congresso Nacional, nós aprovamos no Orçamento deste ano a possibilidade de que seja aprovada a CPMF. Nós não aprovamos ainda a CPMF, mas nós aprovamos no Orçamento deste ano a possibilidade de que esta receita venha a ocorrer.



Nós, Parlamentares, andamos em nossos Municípios. Eu sou do Maranhão. Quando vou aos Municípios maranhenses, encontro todas as Prefeituras numa crise muito grande, principalmente no que diz respeito à saúde pública. Então, há necessidade de um recurso assegurado para que os gestores municipais tenham condições de oferecer saúde pública de qualidade.

No Maranhão, no Governo de Roseana Sarney, havia o repasse de recursos às Prefeituras com hospitais pequenos, hospitais de 20 leitos, que não eram alcançados pelo Sistema Único de Saúde. A Governadora Roseana Sarney fez uma parceria com essas Prefeituras para que os partos pudessem ser realizados em todas as cidades do Maranhão, assim como outras ações de média complexidade, e ela repassava mensalmente 100 mil reais para cada Município. Quando o Governador Flávio Dino assumiu o Governo, ele entendeu que não poderia mais ser feito esse tipo de parceria e deixou de fazer os repasses. Ele prometeu um novo modelo. Passou 1 ano e nada foi feito.

Ontem, inclusive, nós estivemos com o Ministro da Saúde, Marcelo Castro, e levamos alguns Prefeitos, que mostraram que esse subfinanciamento do sistema de saúde está acarretando sérias dificuldades para a população das cidades maranhenses. Para que V.Exa. tenha uma ideia, Sr. Presidente, Deputado Domingos Sávio, há Municípios, como Buriticupu, que hoje gastam 40% da sua receita total com saúde, o que teria que ser de 15%, no mínimo 15%. É um valor muito alto para um Município. O Município não é obrigado a fazer apenas a parte da saúde, ele tem que fazer também outras atividades inerentes ao poder municipal.

Portanto, eu acho que esta Casa e esta Comissão precisam se debruçar sobre esse tema, a CPMF, ou mesmo sobre o corte de outros recursos que não são tão necessários quanto o da saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Agradeço ao nobre Deputado Hildo. Eu vou me abster de fazer qualquer reflexão ou comentário sobre a vinda da Presidente Dilma, até por uma questão ética, por estar presidindo esta reunião.

Não posso, no entanto, deixar de manifestar a minha preocupação, que eu sei que é a preocupação de todos, em relação à saúde — o nobre Deputado mencionou



isso no final do seu pronunciamento. Este é um problema que hoje não afeta apenas alguns Municípios, alguns Estados, o Nordeste, uma região, afeta o Brasil inteiro.

O Rio de Janeiro, um dos Estados mais prósperos da Federação, encontra-se em condição de calamidade. Vejam que o Rio de Janeiro, que está recebendo uma ajuda suplementar do Governo Federal, tem um repasse *per capita* do Ministério da Saúde bem acima da média nacional. Ele está entre os Estados da Federação que têm um dos melhores *per capita* mensais repassado pelo Ministério da Saúde. É curioso isto, não é? E de repente está recebendo uma ajuda suplementar. Imaginem aqueles que estão lá no fim da fila. Minas Gerais, por sinal, é um dos que estão no fim da fila em termos de *per capita* que é repassado pelo Governo Federal ao Estado.

Aliás, na nossa estrutura do SUS — Sistema Único de Saúde, ainda há essas condições absurdas em que não se tem um tratamento muito hegemônico, não há hegemonia. De repente um Estado tem um tratamento de uma forma, outro, de outra forma, e assim se perpetuam as desigualdades. Aí sempre há uma justificativa: *"Olha, nesse Estado há uma oferta maior de média e alta complexidade."* Então, com essa média e alta complexidade, há um histórico, e, em razão do histórico, ele recebe mais. Então, a história vai continuar, ali vai haver atendimento de alta e média complexidade, e naquele Estado mais pobre, numa unidade, vai-se perpetuar a pobreza.

Eu comento isso, porque é claro que nós aqui na Comissão de Orçamento e no Congresso Nacional, de maneira suprapartidária, temos que enfrentar esse verdadeiro pesadelo — e é um enfrentamento orçamentário. A PEC da Saúde não pode ser sepultada. Nós sabemos que ela acabou virando um apêndice da emenda constitucional do orçamento impositivo, contra a vontade de toda a Frente Parlamentar da Saúde, da qual eu faço parte, mas isso não impede que nós como cidadãos, como Parlamentares possamos retomar a discussão, porque, aliás, ela continua tramitando, e aprovar os 10% da saúde.

Eu vejo aberrações como, por exemplo, a da minha cidade, Divinópolis. Nós temos um hospital do câncer que foi construído, em boa parte, com a presença da comunidade, que, aliás, continua ajudando através de uma associação beneficente que apoia o hospital — lá, nós temos um acelerador linear adquirido inclusive em



parte com dinheiro público, em parte com dinheiro da própria comunidade. Esse acelerador está lá há mais de 1 ano. O Ministério da Saúde e a equipe da CNEN — Comissão Nacional de Energia Nuclear burocratizam a sua liberação. O teto para atendimento dos pacientes não chega.

Quer dizer, tem equipamento, tem hospital, tem equipe médica, e o paciente com câncer fica esperando na fila e morre, com o equipamento lá dentro, com o hospital pronto, com o médico pronto para atender, porque não chega o dinheiro para financiar e para dar o atendimento à saúde. Isto está acontecendo no Brasil inteiro. Nós não podemos nos calar diante disso.

Então eu registro aqui, nesta oportunidade que estou tendo de presidir a Comissão de Orçamento, que esta não é uma matéria partidária, não é uma matéria de Oposição ou de Situação, é uma matéria patriótica e de responsabilidade humanitária. Agora, a decisão tem que ser nossa. Nós temos que enfrentar isso.

Alguém pode dizer *“Olha, não está tendo dinheiro e vai se estabelecer 10% das receitas para a saúde?”* Quando se estabelece 10% não se está querendo criar dinheiro novo, não! Está tendo a coragem de definir prioridades. E governar é essencialmente ter competência para definir prioridades. E cabe ao Parlamento assumir esse papel, porque é o Parlamento que decide o orçamento, e é o Parlamento que deve decidir as premissas do orçamento.

Portanto, ter um teto mínimo, ou melhor, um piso mínimo para a saúde — que já é obrigação dos Municípios com 15%, e dos Estados com 12% —, deveria, num país decente, numa República Federativa, ter um mínimo constitucional para a União. Isto é inaceitável! Que República Federativa é essa em que um Município pobre do Nordeste chega a gastar 40% com a saúde?

E isso acontece em Minas Gerais, acontece em todos os Estados, seja governado pelo PT, seja pelo PSDB. Os Estados, na sua totalidade, hoje já são obrigados a aplicar os 12%, e a União não é obrigada!

É curioso — eu aproveito até para me dirigir à imprensa — um comentário que eu vi num dos maiores veículos de comunicação criticando os Governadores que vieram até Brasília questionar qual será a ajuda financeira do Governo Federal para o enfrentamento dessa epidemia do zika vírus. E alguém questionou: *“Olha, os Governadores estão chorando, ou reclamando, no lugar errado. O Governo Federal*



não tem dinheiro, nem é obrigação dele, é primeiro dos Estados, dos Municípios, onde está vivendo o cidadão.”

Ora, o maior orçamento é o da União — o maior orçamento, de trilhões de reais, é da União. E este dinheiro é de quem? É do cidadão brasileiro, não é da União. Aliás, Margaret Thatcher deixou alguns ensinamentos que servem para socialistas e capitalistas: "não existe dinheiro público, existe dinheiro do contribuinte." É o cidadão que colocou o dinheiro, que deve ser distribuído para todos de uma maneira justa; e o dinheiro cai no cofre da União.

E há, hoje, pessoas extremamente esclarecidas se comunicando com o Brasil inteiro dizendo *“Não, esse dinheiro é a União. Ele não tem que parar lá no Município ou no Estado, não.”* Ora, é uma visão muito limitada de alguém que faz uma análise da saúde pública no Brasil, como se saúde pública fosse obrigação de Município e de Estado. Saúde pública, segurança pública e educação são obrigações de todos os entes federados, do Município, do Estado e da União. E quem tem mais dinheiro é a União. E quem tem mais dinheiro é quem menos está aplicando em saúde hoje no Brasil. É uma vergonha para todos os brasileiros! Quem fica com o dinheiro dos brasileiros vê os brasileiros morrendo à míngua e não aplica prioritariamente na saúde!

Portanto, esta é uma decisão que o Congresso precisa enfrentar.

Com prazer, passo a palavra ao nobre Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Deputado, nós estamos aqui na Casa, há algum tempo, cada vez mais engessando o Orçamento da União. Defendemos 25% para a educação, 15% para a saúde, tantos por cento para isso, e esta Casa vai ficar sem função.

Aí vem o Governo Fernando Henrique Cardoso, com uma bela criação do Pedro “Malandro”... Eu me lembro que um Deputado quando ele criou a DRU — Desvinculação de Receitas da União — disse: *“Vamos unir ao nome do Pedro Malan, que fica bem legal essa proposta da DRU.”*

Então vem uma proposta para cá, que nós tivemos que acatar, que era a liberar 30% do Orçamento. É a política de engessar e a política de liberar.

O que lamento profundamente é que algumas políticas corretas do Governo Fernando Henrique Cardoso... O próprio PSDB tem hora que eu imagino que está



contra isso. E foi com o apoio de 10 Senadores do Nordeste, da região mais pobre deste País, que se derrubou a CPMF.

A CPMF arrecadava 75 bilhões de reais, em média, há 7 anos, e são 7 anos sem CPMF. São 325 bilhões que foram tirados da saúde. E cada vez mais a saúde está universalizada, cada vez mais está judicializada.

Nós tivemos a capacidade de colocar na Constituição, sem ter recursos, que *“a saúde é um direito de todos e dever do Estado”*.

Então, os juízes estão dando injeção, exame de 12, 13 mil. Muitos Municípios, como fez referência o Deputado Hildo Rocha, gastam 40% com a saúde, porque os juízes determinam certos tratamentos impossíveis de serem postos em prática, em detrimento de outras políticas públicas.

Nós precisamos ter a coragem aqui no Parlamento de fazer algumas mudanças como ocorre em outros países. Como a saúde pública pode atender ao cidadão? E devemos começar a verificar a possibilidade de se criar financiamentos próprios para essas políticas públicas.

Agora, nós estamos engessando o Orçamento, depois nós temos que aprovar a DRU, que ainda está sob análise. E o Governo quer aumentar de 20% para 30%, dos tributos arrecadados, já querem entrar nos fundos constitucionais, porque as despesas são caras.

Claro que nós temos que combater a corrupção, e isso já daria uma boa ajuda. Claro que deveríamos combater os desperdícios. Mas o Estado brasileiro promete o que não pode cumprir. Essa é a grande realidade. Nós gastamos 64% do dinheiro da educação com o nível superior neste País. Não cuidamos da base. É politicamente errado eu dizer isso aqui, porque servirá de crítica, mas na idade em que eu estou chegando, eu já posso dizer tudo, Sr. Presidente. Se gastamos 64% com ensino superior, como vamos ter ensino de qualidade no ensino infantil, no ensino fundamental? Não tem dinheiro para isso.

Há uma pressão aqui do FIES, um *lobby* nesta Casa do FIES para essas universidades, com ensino de péssima qualidade. É impressionante! Quando se pensa em diminuir um pouco do FIES, vem uma carga grandiosa, porque está se tirando a oportunidade de jovens, não sei de quê, e por aí vai.

Então, nós precisamos repensar o nosso papel enquanto legislador.



Eu fui contra até a Resolução nº 01, do Deputado Ricardo Barros, que permite que o Parlamentar fique somente 1 ano nesta Comissão e nem possa se especializar — nas outras pode ficar 1 ou 2 anos —, porque todo mundo vê esta Comissão como um antro de corrupção, o que é errado.

Eu vi aqui grandes debates. V.Exa. nos proporcionou um ano extraordinário, com debate de diversos assuntos, e poderia ficar aqui mais alguns anos. Nesta Casa muitos passaram bastante tempo discutindo o Orçamento. Mas no ano que vem virá outra turma, sem termos criado Parlamentares especialistas em discussão de Orçamento. Essa é a minha grande preocupação.

Depois da CPI dos Anões do Orçamento, em vez de matarmos o carrapato, matamos a vaca, de tanto veneno que demos a esta Comissão. Então, hoje os políticos estão desacreditados, mas eu continuo acreditando nesse grande debate que pode ser feito, que V.Exa. proporcionou a esta Comissão.

O que eu sou contra é Congressista vaiar Presidente da República. O que mais me chamou a atenção foi aquele momento em que o Bush, que foi um péssimo Presidente da República, entregou a faixa presidencial ao Barack Obama. O povo americano o respeitou porque ele era Presidente da República. E ele saiu de lá sem receber uma vaia. E nós aqui vemos Parlamentares honrados vaiando a Presidente da República. Aonde é que nós vamos chegar? E este o País que nós estamos tentando construir? Com vaias? E o pior, comandado por um homem. Ele não vaiava, mas estava lá, com as pessoas que o apoiam — é um homem que eu admiro, estava pensando até em votar nele, o Aécio Neves —, comandando uma turma para vaiar a Presidente da República. Não pode, isso é lamentável!

Eram esses os meus registros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Deputado Pedro Fernandes, quero registrar a minha concordância com V.Exa. em alguns aspectos: um deles, por exemplo, é o da judicialização excessiva da saúde. Existe até uma proposta de emenda à Constituição de minha iniciativa, que teve apoio imediato — eu creio até que também de V.Exa. e mais de 300 Parlamentares —, e espero que ela tramite este ano.

Essa PEC regulamenta critérios para isso hoje, pois não há nenhum critério, de maneira absurda e abusiva já conhecemos *lobbys* de contrabandistas de



produtos sem autorização legal no Brasil e que acabam impondo a obrigatoriedade de o poder público adquiri-los a peso de ouro, às vezes iludindo famílias que se encontrem numa situação de desespero, especialmente na área do câncer, ocasionado a oneração dos cofres públicos.

É claro que a judicialização tem o seu aspecto justo quando é para defender o direito do cidadão. Ninguém pensa em impedir o direito de o cidadão se valer da justiça, mas ela quando usada como um instrumento para beneficiar alguns *lobbys* mercantilistas, tirando dinheiro da saúde, é uma tragédia. E isso está acontecendo no Brasil. O próprio Ministério Público já admite isso em vários lugares, mas infelizmente não há respaldo legal para limites. E nós temos que tomar essa iniciativa.

Concordo ainda com V.Exa. quando diz que o engessamento de forma exagerada e irresponsável pode inviabilizar a ação de qualquer Governo. A minha ponderação, no caso da saúde, é a de que não é justo que se estabeleça isso para o Estado e o Município, enquanto para a União, que fica com a maior fatia, não haja o estabelecimento de teto mínimo em percentuais da receita. Isso precisa ser revisto.

Quanto à última ponderação de V.Exa., eu lhe afirmo de forma muito clara, estava lá, recebi a Presidente da República com aplausos, e eu a viaei quando apresentou a proposta de aumento da CPMF, porque entendi que era a única argumentação que era me dada na Casa onde tenho assento e que represento o povo mineiro, já que naquela sessão solene não é dada a palavra a ninguém. E pude acompanhar o comportamento sereno, tranquilo, sem nenhum tipo de influência do Senador Aécio Neves, porque estava sentado próximo dele, como não vi influência dos Ministros da Presidente Dilma que estavam ali assentados, cumprindo também a sua missão.

Mas não é aqui da parte deste Presidente...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Mas não teve o olhar de reprovação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - V.Exa. há de convir que seria inadequado, sim, um Senador querer reprovar outros Senadores ou querer reprovar outros Deputados.



Eu conheço o Senador Aécio Neves, desde o primeiro momento. E com certeza, tanto eu quanto ele reprovamos o aumento de impostos neste momento, porque nós não consideramos isso adequado.

Mas não vamos nos digladiar com esse tema.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Eu o conheço, ele foi meu Presidente nesta Casa, um bom Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Sim, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Ele não aceitaria aquilo como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Sem dúvida. E V.Exa. saiba que esse tema de como tratar a Presidente pela responsabilidade que temos, foi objeto de reflexão de nossa bancada. Fomos para o plenário, recebemos ela com autoridade que lhe é revestida de forma legal, mas a manifestação não se deu à Presidente, mas à proposta de aumento de CPMF feita numa sessão em que não nos era dado o direito de contra-argumentar. E a manifestação se deu espontaneamente por parte de alguns, num processo que é absolutamente legítimo, assim como se deram os aplausos por parte de outros.

Portanto, isso também é do ambiente democrático. E eu creio que isso não diminuiu o Parlamento, pelo menos foi o sentimento que eu tive. Não havia razão nenhuma para eu dizer de público, quero deixar registrado, que eu fiz coro com aqueles que se manifestaram contra a proposta de aumento da CPMF. Foi o gesto que me era possível fazer, como alguns aplaudiram naquele momento.

Quando ela falou na CPMF um grupo aplaudiu, se eu aplaudisse também estaria dando o meu voto; se eu me calasse, eu estaria sendo omissivo; e eu me manifestei para dizer que não concordava. Enfim, eu me senti à vontade — sem desrespeitar a figura da Presidente — de me manifestar contra a proposta.

Deputado, eu faço este comentário em respeito a V.Exa. Não vou aqui entrar no debate, porque não seria justo na condição de Presidente.

Concluindo, ainda que estejamos numa reunião com poucos membros, estamos cumprindo com o nosso dever.

Ouvir de V.Exa. considerações como essas me enche de motivação, porque eu também — um último item — comungo com V.Exa. Não faz sentido algum uma



Comissão desta importância, que requer muito estudo para que possamos ter eficiência na nossa ação parlamentar, ficar restrita ao exercício de apenas 1 ano da legislatura, não podendo eu, pelo menos por uma vez, ser reconduzido. Isso é quase que uma confissão generalizada de culpa de que ninguém tem credibilidade para se manter nesta Comissão. Ora, ela também não é mais importante do que a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa ou das outras temáticas de Educação, de Saúde.

Portanto, é uma aberração. E eu acredito que nós possamos, de forma suprapartidária, propor uma alteração. Como o tema de fato desperta o interesse de todos os Parlamentares, é razoável a alternância. Isso eu concordo como algo para o bom exercício democrático das bancadas. Mas a proibição de alguém continuar me parece autoritário, e pior: um desserviço à eficiência do trabalho desta Comissão.

Eu aqui cheguei com alguma experiência por ter presidido a Comissão de Fiscalização Financeira na Assembleia de Minas Gerais, mas com certeza a realidade do Orçamento da União é muito mais ampla e os debates aqui são, portanto, dos temas que envolvem a Amazônia, o Sul do País, o Nordeste e toda a problemática da Federação.

Registro o meu total apoio a essa reflexão de V.Exa. Estamos prontos para tentar levar a proposta à Mesa Diretora da Casa ou, quem sabe, se o Regimento nos permitir...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Uma emenda do Deputado Domingos Sávio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Uma emenda, não. Deputado Pedro Fernandes, V.Exa. tem muito mais experiência e mérito do que eu.

Eu quero registrar a todos que acompanham esta reunião, os Parlamentares ainda presentes, que pela ausência de Senadores em número regimental e também porque a Presidente teve que se afastar, eu disse a ela que se não houvesse número regimental nós não faríamos votação simbólica. E eu tenho o princípio de que o que é tratado é para ser cumprido.



Portanto, como nós não temos número regimental para votação, vamos encerrar a reunião. Agradeço às Sras. e aos Srs. Parlamentares que aqui estiveram e também a todos que nos acompanharam.

Convoco reunião ordinária para o dia 16 de fevereiro, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

Está encerrada a reunião.